

## ANEXO

Período de 2017

### NOTA 1. Identificação da entidade

A Associação da Penha de França, doravante abreviadamente designada por Associação, é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de Setembro de 1982, com sede na Rua Castelo Branco Saraiva, nº94 – Lisboa, e que se dedica às actividades de creche e educação pré-escolar.

A Associação não se encontra obrigada a elaborar demonstrações financeiras consolidadas nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de Julho, aplicável por remissão do nº1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº36-A/2011, de 9 de Março.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Associação são as suas demonstrações financeiras individuais, reportando-se ao período de 2017, coincidente com o ano civil, e compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2017, sendo apresentadas em euros.

### NOTA 2 . Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1.Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

·Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;

·Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;

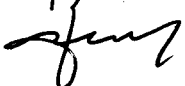
·Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);

ROGÉRIO JORGE RODRIGUES

117 011 11 7110 4766



b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;e
- O Anexo, modelo ESNL;

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística

Nas presentes demonstrações financeiras, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Associação, foram considerados as seguintes bases de mensuração:

- **Continuidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Associação durante um período de pelo menos, mas sem limitação, doze meses a partir da data do balanço.

- **Regime da periodização económica ( acréscimo)**

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de «Outras ativos correntes », em «Devedores por acréscimos de rendimentos». Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de «Outras passivos correntes », em «Credores por acréscimos de gastos».

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de «Diferimentos», em «Rendimentos a reconhecer» ou «Gastos a reconhecer», respetivamente.

**\* Consistência de apresentação**

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

**• Materialidade**

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Associação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

**• Compensação**

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

**• Comparabilidade**

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

**ROGÉRIO JORGE RODRIGUES**  
NIF 100 411 025 TCC 4766

**2.2.Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo , do passivo e dos resultados da Associação.**

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas

**2.3.Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

### **NOTA 3. Principais políticas contabilísticas**

#### **3.1.Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

##### **Activos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

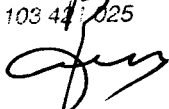
As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos , nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos ” ou “Outros gastos ”.

##### **Rédito**

O rédito é valorizado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

**ROGÉRIO JORGE RODRIGUES**  
NIF 103 421 025 TOC 4766



## Subsídios do Governo e Outros apoios

Os subsídios governamentais monetários são reconhecidos pelo seu valor nominal. Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo para compensar deficits de exploração), são reconhecidos como rendimentos do próprio período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

## Instrumentos financeiros

### Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Periodizações

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outras passivos correntes" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

### Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

## NOTA 4. Ativos fixos tangíveis

- a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta  
Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo de aquisição

- b) Método de depreciação usado  
O método de depreciação utilizado é o da linha reta.

- c) Vidas úteis ou taxas de depreciações utilizadas  
As vidas úteis são as seguintes:

Equipamento básico	8 anos
Equipamento administrativo	8 anos

- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações

( Ver mapa anexo 1 )

**ROGÉRIO JORGE RODRIGUES**

NIF 101 421 025

TOC 4766

## NOTA 5.Rédito

O rédito é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação de serviços.

O rédito reconhecido no período findo a 31 de Dezembro de 2017 apresenta um montante de 172.847,05 euros relativos a serviços prestados.

## NOTA 6.Subsídios do Governo e Outros apoios

A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Centro Regional de Segurança Social	223.259,47 euros
Ministério da Educação	36.325,20 euros
Junta de Freguesia	4.950,00 euros

## NOTA 7. Impostos sobre o rendimento

A Associação não se encontra sujeita a imposto sobre o rendimento por lhe ter sido concedida isenção de IRC , por despacho de 15 de Outubro de 1990.

## NOTA 8.Instrumentos Financeiros

### 8.1.Clientes e utentes/Fornecedores/Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/ Associados/Membros/ Outras contas a pagar e receber

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 as rubricas acima identificadas apresentavam a seguinte decomposição:

( ver mapa anexo 2)

### 8.2.Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Diferimentos apresenta um saldo de 23.881,31 euros , sendo que em 2016 a mesma apresentava um saldo 22.894,45 de euros.

### 8.3.Caixa e depósitos bancários

A 31 de Dezembro de 2017 esta rubrica apresenta um valor de 39.090,41 euros , sendo que em 2016 a mesma apresentava um valor de 49.556,33 euros.

## NOTA 9.Benefícios dos empregados

### 9.1.Benefícios

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

**ROGÉRIO JORGE RODRIGUES**

NIF 108 421 025

TOC 4766



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

## 9.2. Número médio de empregados durante o ano

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2017 o número médio de empregados foi de 26.

## 9.3. Número de membros dos órgãos diretivos e remunerações dos mesmos

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2017 a Associação disponha de 7 membros dos órgãos diretivos, sendo que nenhum deles auferiu qualquer tipo de remuneração pelo seu cargo.

## Nota 10. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no art.º 210 do Código do Regime Contributivo do Sistema Previdencial da Segurança Social (Lei 110/2009 de 16 setembro com redação dada pela lei nº119/2009 de 30 dezembro), a Direcção informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## Termo de responsabilidade

A Direcção e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2017, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

**ROGÉRIO LORGE RODRIGUES**

NIF 103 423 025

TOC 4766

A Direcção

# ANEXO 1



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis		Ativos fixos tangíveis em curso		Totais
			...	...	...	...	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	...	...	
Em 01.01.2016	Quantias brutas escrituradas						22.184,02	37.817,34			60.001,36
	Depreciações acumuladas						21.221,52	38.677,68			57.899,20
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
Movimentos do período 2016	Adições	Aquisições					1.400,30				1.400,30
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações					1.537,80	379,89			1.917,69
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade									
Em 31.12.2016 (01.01.2017)	Quantias brutas escrituradas						23.584,32	37.817,34			61.401,66
	Depreciações acumuladas						22.759,32	37.057,57			59.816,89
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										
Movimentos do período 2017	Adições	Aquisições					798,99				798,99
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção									
		Trabalhos para a própria entidade									
		Outras									
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização									
		Decréscimos por revalorização									
	Transferências	De ativos intangíveis em curso									
		Outras									
	Diminuições	Alienações									
		Abates									
		Outras									
	Depreciações	Aumentos de depreciações					936,49	379,89			1.316,38
		Reversões de depreciações									
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
		Reversões de perdas por imparidade									
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas						24.383,31	37.817,34			62.200,65
	Depreciações acumuladas						23.695,61	37.437,46			61.133,27
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas										

## ANEXO 2

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		Período 2017			Período 2016		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Créditos a receber	53.647,72		53.647,72	50.801,36		50.801,36
	...						
		53.647,72		53.647,72	50.801,36		50.801,36
Passivos financeiros	Fornecedores	3.114,00		3.114,00	2.926,01		2.926,01
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Outros passivos correntes	53.020,54		53.020,54	52.722,61		52.722,61
	...						
		56.134,54		56.134,54	55.648,62		55.648,62

**ROGÉRIO JORGE RODRIGUES**  
NIF 140908287 TOC 4786

